

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

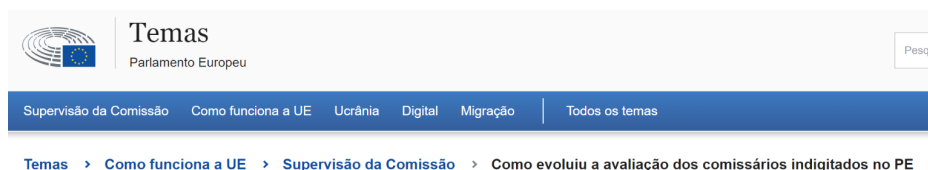
215 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 23 de setembro a 4 de outubro de 2024

1. COMISSÃO EUROPEIA - AUDIÇÕES NO PARLAMENTO EUROPEU	1
2. EUROBARÓMETRO PÓS-ELEITORAL 2024	3
3. NOVO SECRETÁRIO-GERAL DA NATO	4
4. VISITA DA COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL	4
5. COMISSÕES DO PE - CHRISTINE LAGARDE	5
6. CIMEIRA DO FUTURO	6
7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	7
Conselho Agricultura e Pescas	7
Conselho dos Assuntos Gerais	7
Conselho de Competitividade	7
Videoconferência informal dos Ministros dos Negócios Estrangeiros	8
8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	8
Parlamento Europeu	8
Comissão Europeia	8
Conselho da União Europeia	8

1. COMISSÃO EUROPEIA - AUDIÇÕES NO PARLAMENTO EUROPEU¹

O Parlamento Europeu (PE) definiu esta semana o **calendário das audições dos Comissários-designados para a próxima Comissão Europeia (2024-2029)**, tendo mesmo criado uma página dedicada a este processo, disponível [aqui](#).

Tal como demos nota na Síntese n.º [214](#), uma vez nomeados os candidatos, a Comissão deve obter a aprovação do Parlamento por maioria dos votos expressos (n.º 7 do artigo [129º](#) do Regimento) antes de ser nomeada pelo Conselho Europeu. As audições de confirmação não estão previstas nos Tratados, mas são exigidas pelo Regimento do Parlamento Europeu (artigo 129º e [Anexo VII](#)). O *think tank* do PE disponibiliza uma síntese dos procedimentos destas audições, [aqui](#), e esta semana o PE divulgou igualmente uma resenha da evolução histórica destas audições, que pode ser lida [aqui](#).



Como evoluiu a avaliação dos comissários indigitados no Parlamento Europeu

As audições de confirmação de potenciais comissários da UE são uma etapa-chave para o PE, que já conheceram várias mudanças e um grande impacto ao longo dos anos.

Na quarta-feira, a Conferência dos Presidentes (CoP, composta pela Presidente do PE e pelos líderes dos grupos políticos) chegou a acordo sobre o calendário para as **audições** dos Comissários indigitados, que **terão início a 4 de novembro e decorrerão até 12 de novembro**. A Conferência dos Presidentes (CCC) decidiu igualmente a repartição de responsabilidades entre as comissões para as audições de confirmação. Consoante a pasta, um Comissário indigitado pode ser avaliado por uma comissão parlamentar (comissão competente) ou por mais do que uma comissão (comissões mistas). Outras comissões podem ser convidadas a participar, o que significa que podem contribuir com perguntas orais, enquanto a avaliação final dos candidatos cabe aos coordenadores da(s) comissão(ões) competente(s). Neste [documento](#), aprovado pela CCC no dia 1 de outubro, constam as **duas questões de carácter geral** a colocar por escrito aos Comissários designados antes das audições, a que serão acrescentadas três questões mais específicas relacionadas com o portfólio.

O calendário pormenorizado sobre o Comissário indigitado que será ouvido e a que horas será decidido pela Conferência dos Presidentes na **sua próxima reunião**.

Após a reunião da COP, a Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, afirmou: *“As audições dos Comissários indigitados são um momento importante para a democracia europeia. Os deputados do Parlamento Europeu examinarão cuidadosamente a competência, a independência e o empenhamento europeu de cada candidato antes de votarem no Colégio no seu conjunto. A democracia não se poupará a esforços. Com uma nova legislatura, surgem novas expectativas. Com razão, os cidadãos querem soluções para as suas preocupações. O Parlamento Europeu continuará a desempenhar o seu papel para garantir que a nossa União Europeia cumpra os seus objectivos”*.

¹ Fonte: serviço de imprensa do PE.

Importa dar nota de que, antes das audições, a [Comissão dos Assuntos Jurídicos](#) (JURI) do PE **examinará as declarações de interesses dos Comissários indigitados**, processo que se iniciou esta quinta-feira e que deverá estar concluído até 18 de outubro de 2024. O processo de análise é confidencial e decorre à porta fechada, sem acesso público. As declarações de interesse apresentadas pelos Comissários indigitados serão publicadas após a conclusão do processo de avaliação e antes do início das audições de confirmação.

Após as audições, o presidente e os coordenadores da comissão responsável pela audição (ou das comissões mistas) reúnem-se à porta fechada para avaliar a aptidão do Comissário indigitado. Se os coordenadores aprovarem ou rejeitarem por unanimidade o Comissário indigitado, será apresentada uma carta de aprovação ou rejeição. Se os coordenadores que representem uma maioria de, pelo menos, **dois terços dos membros da Comissão aprovarem o desempenho do candidato**, a carta de aprovação indicará que o candidato foi aprovado por uma grande maioria e as opiniões minoritárias serão mencionadas, se solicitadas.

Se a maioria de dois terços não for alcançada, os coordenadores solicitarão informações complementares ao Comissário indigitado através de perguntas escritas e, se continuarem insatisfeitos, poderão solicitar a retoma da audição por uma hora e meia. Se os coordenadores continuarem a não conseguir obter a maioria de dois terços, o presidente convoca uma reunião da comissão e convoca nova votação. As cartas de avaliação das comissões devem ser transmitidas no prazo de 24 horas após a conclusão da avaliação. Estas cartas são examinadas pela Conferência dos Presidentes das Comissões e transmitidas à Conferência dos Presidentes.

Após a conclusão das audições, a Presidente eleita da Comissão, Ursula von der Leyen, apresentará em sessão plenária o Colégio de Comissários e o seu programa.



A Comissão completa necessita da aprovação do Parlamento (por maioria dos votos expressos, nominalmente). Uma vez eleita pelo Parlamento, a Comissão é formalmente nomeada pelo Conselho Europeu, deliberando por maioria qualificada.

2. EUROBARÓMETRO PÓS-ELEITORAL 2024

O PE publicou esta semana o “**Inquérito Pós-Eleitoral UE 2024**”, que analisa o comportamento eleitoral e as principais prioridades dos cidadãos da UE², disponível [aqui](#) (notícia) e Os resultados completos podem ser consultados [aqui](#).

Segundo este inquérito, os temas que mais motivaram os europeus a votar nas eleições europeias foram o **aumento dos preços e do custo de vida** (42%), a **conjuntura económica** (41%), a **situação internacional** (34%) e a **defesa da democracia e do Estado de direito** (32%). Entre os que decidiram não votar, o custo de vida (46%) e a situação económica (36%) foram identificados como motivos que poderiam tê-los incentivado a participar nas eleições.

What made citizens vote

Top 7 most mentioned topics that encouraged them to vote



No que diz respeito a **Portugal**, o **aumento dos preços e o custo de vida** (59%) foi o principal tema identificado como razão para votar, sendo que a proteção social, a previdência social e o acesso a cuidados de saúde aparece em segundo lugar (51%).

Além disso, o inquérito evidencia que os **europeus estão otimistas quanto ao futuro da UE (65%)** e que continuam a ter uma imagem positiva da União (48%), com 16% a declarar ter uma imagem negativa. Neste sentido, sete em cada dez (70%) europeus consideram que o seu país beneficiou da adesão à UE. Ao nível da UE, as quatro principais razões pelas quais a adesão é considerada benéfica são: maior cooperação entre os Estados-Membros (36%), proteção da paz e reforço da segurança (32%), contribuição da UE para o crescimento económico (28%) e criação de novas oportunidades de trabalho (24%).

Em **Portugal**, **75% afirmam ter uma imagem muito positiva da UE**, e apenas 5% uma imagem negativa. Os portugueses mostram-se otimistas quanto ao futuro da UE (77%), e 90% considera a adesão à UE como benéfica para Portugal. Os dois principais motivos para tal são a perceção de que esta lhe dá uma voz mais forte no mundo (39%), bem como a contribuição da UE para o crescimento económico em Portugal (36%).

Finalmente, importa dar nota de que **42% dos cidadãos têm uma imagem positiva do Parlamento Europeu**, o resultado mais elevado alguma vez registado para este indicador. No caso de **Portugal**, a imagem positiva do Parlamento Europeu neste início de legislatura é ainda mais elevada (70%).

² O inquérito Eurobarómetro foi realizado pela empresa de sondagens Verian (anteriormente Kantar Public) entre 13 de junho e 8 de julho de 2024 em todos os 27 Estados-Membros da UE. No total foram realizadas 26 349 entrevistas, e os resultados da UE foram ponderados de acordo com a dimensão da população de cada país. Para além do procedimento de ponderação baseado em variáveis sociodemográficas (ponderações pós-estratificação sobre o sexo e a idade, a região e a urbanização), os resultados de todas as perguntas relacionadas com as eleições europeias neste inquérito pós-eleitoral foram ponderados em função da taxa de participação nacional.

3. NOVO SECRETÁRIO-GERAL DA NATO

Na terça-feira (1 de outubro de 2024), [Mark Rutte tomou posse como Secretário-Geral da NATO](#). Foi recebido na sede da NATO, em Bruxelas, pelo Secretário-Geral cessante, Jens Stoltenberg, cujo mandato termina ao fim de dez anos.



Numa sessão especial do Conselho do Atlântico Norte, Stoltenberg passou formalmente o cargo ao Secretário-Geral Mark Rutte, que delineou as suas três prioridades para a Aliança:

1. “*A primeira é manter a NATO forte e assegurar que as nossas defesas permanecem eficazes e credíveis, contra todas as ameaças*”;
2. “*A minha segunda prioridade é intensificar o nosso apoio à Ucrânia e aproximá-la cada vez mais da NATO, porque não pode haver segurança duradoura na Europa sem uma Ucrânia forte e independente*”;
3. “*A terceira prioridade é reforçar as nossas parcerias*” num mundo mais interligado.

As declarações feitas nesta ocasião podem ser consultadas [aqui](#). A primeira **deslocação oficial de Mark Rutte foi à Ucrânia**, no dia 3 de outubro (detalhe [aqui](#)).

4. VISITA DA COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

A **Comissão de Defesa Nacional (CDN)** realizou, nos passados dias 29 de setembro a 1 de outubro, uma **visita de trabalho a Bruxelas**, para encontros com diversos interlocutores e com o objetivo de se inteirar dos principais desenvolvimentos no setor da defesa a nível da UE no ciclo político e institucional que agora se inicia.

A delegação foi chefiada pelo *Presidente da CDN, Pedro Pessanha (Chega)*, e integrou os *Srs. Deputados Liliana Reis e Bruno Vitorino (PSD), José Costa e Luís Dias (PS), Nuno Simões de Melo (Chega), Rodrigo Saraiva (Iniciativa Liberal), António Filipe (PCP) e Rui Tavares (Livre)*.

Os encontros de trabalho iniciaram-se a dia 30 de setembro, na **Representação Permanente de Portugal junto das instituições da União Europeia (REPER)**, com a presença da Embaixadora Ana Paula Moreira (Representante de Portugal no Comité Político e de Segurança da UE), a que se seguiram reuniões com Charles de Fries, **Secretário-Geral Adjunto para a Paz, Segurança e Defesa do Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE)** e com o **Presidente do Comité Militar da UE**, General Robert Brieger. Seguiu-se um almoço de trabalho com o **Embaixador Pedro Costa Pereira, Representante Permanente de Portugal junto das instituições da UE**. A parte da tarde foi dedicada a **Agência Europeia de Defesa (EDA)**, onde a delegação se encontrou com JIŘÍ ŠEDIVÝ, Diretor Executivo da EDA, e teve um breve momento com funcionários e militares portugueses que trabalham na Agência.

A 1 de outubro, a delegação foi recebida na **Direção-Geral da Indústria da Defesa e do Espaço da Comissão Europeia**, a que se seguiu uma reunião com a **Presidente da Subcomissão da Segurança e da**

Defesa (SEDE) do PE, Agnes-Marie Strack-Zimmermann. Em seguida, realizou-se um **almoço com os eurodeputados portugueses** (Chefes de Delegação e eurodeputados pertencentes às comissões parlamentares com competências no âmbito da CDN), no Parlamento Europeu.

Finalmente, da parte da tarde, a delegação manteve encontros na **Representação Permanente da Delegação Portuguesa junto da Organização do Tratado do Atlântico Norte (DELNATO)**, com o Representante Permanente, Embaixador Paulo Vizeu Pinheiro, e com o Representante Militar, General Paulo Mateus, bem como com o Secretário-Geral Adjunto para os Assuntos Políticos e a Política de Segurança (ASG PASP), Embaixador Boris Ruge, e com o ASG PASP Adjunto e Representante do SG para a Vizinhança Meridional, Javier Colomina, terminando com uma troca de impressões com o Secretário-Geral Adjunto para a Política de Defesa e Planeamento, Angus Lapsley.

Sobre esta matéria, importa destacar os trabalhos recentes do think tank do PE, disponíveis [aqui](#), sobre [Financiamento da indústria europeia de defesa](#), [Programa e estratégia da UE para a indústria da defesa](#), [Estratégia industrial europeia de defesa \(EDIS\)](#), e [Programa da indústria europeia de defesa \(EDIP\)](#).



5. COMISSÕES DO PE - CHRISTINE LAGARDE

Na passada segunda-feira, a Presidente do BCE, Christine Lagarde, [falou](#) pela primeira vez na **Comissão parlamentar dos Assuntos Económicos e Monetários** na presente Legislatura, sobre as perspectivas para a zona euro, explicou a orientação monetária do BCE e sublinhou a importância da conclusão da união dos mercados de capitais, bem como as implicações do relatório Draghi sobre a competitividade estiveram em destaque durante a audição da Presidente do BCE, Lagarde.

Vários Deputados colocaram a Lagarde questões relacionadas com a melhor forma de proceder para completar a união bancária, nomeadamente para chegar a acordo sobre um sistema europeu de depósito e seguro, questionando-a também sobre a forma como os governos devem atuar quando se trata de fusões entre bancos europeus. Outros pediram mais explicações sobre as ações de combate à inflação do BCE, tendo a política monetária sido questionada sobre o seu desfasamento temporal e até que ponto pode ser considerada a causa da queda da inflação.

Alguns Deputados afirmaram que o BCE foi rápido a lidar com a inflação elevada, mas lento no passado a lidar com a inflação baixa, enquanto outros lamentaram o aumento acentuado das taxas de juro, que, segundo eles, não conseguiu lidar com o tipo de inflação que a Europa enfrentou.

Os Deputados também colocaram questões sobre a conclusão da união dos mercados de capitais e a forma de reduzir os obstáculos à sua concretização, questionando ainda a necessidade de proteger os mercados de capitais mais pequenos em alguns Estados-Membros. A reunião pode ser vista novamente [aqui](#).

6. CIMEIRA DO FUTURO

A [Cimeira do Futuro das Nações Unidas](#) teve lugar em Nova Iorque, de 22 a 23 de setembro de 2024, na ausência dos líderes dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Os líderes mundiais presentes adotaram um [Pacto para o Futuro](#) que inclui um Pacto Digital Global e uma Declaração sobre as Gerações Futuras. Estes três acordos de “soft law” colocam a responsabilidade intergeracional (um compromisso fundamental da Carta das Nações Unidas de 1945) e o pensamento a longo prazo no centro das ações e políticas futuras da ONU.

A cimeira foi precedida de intensas negociações intergovernamentais conduzidas por três pares de co-facilitadores (a Alemanha e a Namíbia para o pacto, a Suécia e a Zâmbia para o pacto e os Países Baixos e a Jamaica para a declaração), com o contributo das partes interessadas, incluindo a UE.



Aqui ficou definida uma visão clara de um multilateralismo que pode cumprir as suas promessas, que é mais representativo do mundo atual e que se baseia no empenho e na experiência dos governos, da sociedade civil e de outros parceiros importantes. O Pacto é o acordo internacional [das Nações Unidas] mais abrangente em muitos anos.

No período que antecedeu a cimeira, os membros da ONU realizaram progressos em matéria de reforma institucional e foi incluída uma linguagem mais ousada sobre a reforma do Conselho de Segurança. O think tank do PE disponibilizou uma análise desta cimeira, disponível [aqui](#).

Recorde-se que, a nível parlamentar e como demos nota na Síntese n.º 164, teve lugar nos dias 12 e 13 de maio de 2023, em Vilnius (Lituânia), o [Congresso Parlamentar Global sobre o Futuro do Mundo](#) para debater o papel e a responsabilidade dos parlamentos na definição e direção do futuro do mundo.

Composto por três sessões temáticas, destinadas aos temas geopolíticos mais prementes e estrategicamente orientados, uma mesa redonda dos chefes das delegações e várias de sessões paralelas abertas a apresentações das delegações parlamentares de todo o mundo, o Congresso juntou membros de comissões para o futuro de vários parlamentos, membros de outras comissões parlamentares, peritos e representantes de organizações internacionais como a ONU, Assembleia Parlamentar da OSCE, Comissão Europeia, PE, OCDE e UIP.

Além disso, em outubro de 2022, e conforme demos nota na [síntese n.º 139](#), teve lugar a **primeira reunião das comissões parlamentares cujas responsabilidades estão relacionadas com a revisão dos desenvolvimentos futuros a longo prazo** (Cimeira Mundial das Comissões do Futuro), que decorreu em Helsínquia, e na qual foi adotada uma declaração conjunta que pretendia assegurar a continuidade do diálogo parlamentar internacional sobre o futuro.

7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho Agricultura e Pescas

Realizado a 23 de setembro, este [Conselho](#) avaliou o segundo ano de execução dos planos estratégicos da política agrícola comum (PAC). O debate teve por objetivo identificar possíveis melhorias para o período pós-2027, a fim de assegurar que os planos estratégicos continuem a produzir resultados.

Com base nas informações fornecidas pelos Estados-Membros e numa atualização da Comissão, o Conselho debateu a situação dos mercados agrícolas e dos produtos de base. Os ministros analisaram os desafios e as potenciais soluções, tendo igualmente em conta o atual contexto geopolítico. Relativamente ao tema da Ucrânia, o Conselho apelou à continuação do apoio ao país, enquanto alguns ministros referiram a necessidade de ter em conta o impacto das importações ucranianas para a UE. Além disso, a delegação alemã, apoiada pela França, apresentou um ponto «Diversos» sobre o aumento do limiar para os auxílios estatais de minimis, que recebeu o apoio da maioria dos ministros da Agricultura. Durante o almoço informal, os ministros da Agricultura realizaram um debate em que o professor Peter Strohschneider, presidente do diálogo estratégico sobre o futuro da agricultura na UE, apresentou o seu [relatório](#).

Conselho dos Assuntos Gerais

No dia 24 de setembro, o [Conselho](#) teve uma apresentação das prioridades da Presidência húngara do Conselho da UE. No âmbito do diálogo anual do Conselho sobre o Estado de direito, os ministros realizaram um debate sobre a evolução geral do Estado de direito na UE, com base no relatório de 2024 da Comissão sobre o Estado de direito, incidindo sobre quatro domínios: o sistema judicial, o quadro de luta contra a corrupção, o pluralismo e liberdade dos meios de comunicação social e outras questões institucionais relacionadas com o equilíbrio de poderes. Os ministros trocaram também pontos de vista sobre a tendência geral da situação do Estado de direito na Albânia, no Montenegro, na Macedónia do Norte e na Sérvia. A reunião contou com a participação de ministros dos países em causa.

Por fim, o Conselho começou a preparar a reunião do Conselho Europeu de 17 e 18 de outubro de 2024 debatendo um projeto de ordem do dia anotada. Na sua reunião de outubro, os dirigentes da UE debruçaram-se sobre a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e a situação no Médio Oriente. Procederam também a uma primeira troca de pontos de vista sobre o relatório de Mario Draghi sobre «*O futuro da competitividade europeia*». Outros temas possíveis incluem a migração, a segurança e a defesa.

Conselho de Competitividade

Realizado a 26 de setembro, o Conselho [Mercado Interno e Indústria](#) debateu o futuro da competitividade europeia, com base numa nota elaborada pela Presidência ([aqui](#)). Fizeram ainda uma avaliação global do relatório de Mario Draghi intitulado «O futuro da competitividade europeia» e debateram os elementos do relatório que deverão ser refletidos no novo pacto para a competitividade europeia. A segunda troca de pontos de vista entre os ministros centrou-se no enquadramento dos auxílios estatais e no seu contributo para os objetivos estratégicos da UE, com base num documento de referência elaborado pela Presidência húngara. Os ministros pronunciaram-se sobre as propostas relativas aos auxílios estatais incluídas nos relatórios dos antigos primeiros-ministros italianos Enrico Letta e Mario Draghi sobre o mercado interno e a competitividade, respetivamente. Refletiram igualmente sobre se seria pertinente efetuar a transição das regras do quadro temporário em matéria de auxílios estatais para as regras em matéria de auxílios estatais anteriores à crise.

Videoconferência informal dos Ministros dos Negócios Estrangeiros

Os ministros dos Negócios Estrangeiros da UE realizaram uma videoconferência informal para debater a situação no Médio Oriente, na sequência dos acontecimentos recentes. (cfr. [Líbano: Declaração do alto representante sobre os mais recentes acontecimentos](#)).

8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana, terá lugar a [sessão plenária do PE](#), em Estrasburgo, sendo de destacar os debates sobre: [a escalada do conflito no Médio Oriente e os acontecimentos no Líbano](#); a apresentação das prioridades da Presidência húngara do Conselho da UE, pelo [Primeiro-ministro Viktor Orbán](#); [Livre circulação na UE e controlos nas fronteiras internas](#); [habitação a preços acessíveis na Europa](#); os [incêndios florestais em Portugal](#); antecipação do [Conselho Europeu de outubro](#) e [com Josep Borrell sobre os resultados da Cimeira do Futuro](#)

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar apenas no dia [8 de outubro](#).

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se: 7 de outubro - [Eurogrupo](#); 8 de outubro, [Conselho \(Assuntos Económicos e Financeiros\)](#); 9 de outubro, [Reunião informal dos ministros do Emprego, Política Social e Saúde, 9-10 outubro 2024](#); 9 e 10 de outubro, [Reunião do Conselho \(Justiça e Assuntos Internos\) sobre Assuntos Internos](#); 11 de outubro, 2024

Budapeste | 4 de outubro de 2024

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE.

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).